

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE OUTRA SOCIABILIDADE ¹

GT3- Movimentos sociais e Educação

Sandra Maria Marinho Siqueira² (FACED/UFC)

1. Introdução

O objetivo precípua deste texto é oferecer um olhar particular, fundado na análise de uma multiplicidade de concepções de autores diversos, dentre os quais podemos destacar ALAN TOURAINE (1977; 1989), MELLUCCI (1989), CASTELLS (1974; 1980; 1997), CLAUD OFFE (1992; 1988), Tarrow (1994), GOHN (1995; 1997), ILSE SCHERER-WARREN (1996) e outros que tematizam sobre os movimentos sociais, quanto ao seu aspecto conceitual e, particularmente, quanto ao seu projeto de mudanças dentro ou para além das condições societárias atuais.

Embora as abordagens sejam distintas e heterogêneas, não podemos deixar de tê-las presente no debate. É importante lembrar que GOHN (1997) faz algumas interrogações àqueles que estudam a problemática dos movimentos sociais, ao perguntar-se sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade e o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa nos movimentos sociais, se institucionaliza.

GOHN (1997) considera essas questões supramencionadas como não resolvidas do ponto de vista teórico, necessitando serem aprofundadas. Em seu livro *teoria dos movimentos sociais*, a autora realiza um itinerário histórico-conceitual de diferentes paradigmas, tais como o paradigma *européu*, o *americano* e *latino-americano*, aos quais se vinculam, com suas particularidades, autores de influência no campo das ciências sociais e, principalmente, nas análises sobre movimentos sociais.

O dissenso dessas concepções sobre “novas” formas de organização dos sujeitos sociais em torno de interesses particulares com concepções de movimentos sociais

¹Este texto é produto de uma discussão que estamos realizando no seminário temático *Educação e Movimentos Sociais*, ministrado pelos professores Eliane Dayse e Ribamar Furtado, cujos ensinamentos e debate foram decisivos na ampliação do interesse desta doutoranda em desenvolver e aprofundar seus conhecimentos no campo dos movimentos sociais.

²Doutoranda do programa de pós-graduação em educação brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED-UFC).

defendidas pelos autores de inspiração marxistas está no marco de um debate em torno do papel dos movimentos sociais na superação das formas de dominação capitalistas e na construção de uma nova sociabilidade³.

2. Visões e vertentes dos “novos” movimentos sociais

Um ponto a ser destacado se refere ao conceito de movimento social, como esses movimentos são analisados quanto a sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade, pois variados são os critérios utilizados pelos autores em sua caracterização, e como diferenciar um movimento social de outras ações coletivas que não necessariamente possam ser consideradas como movimentos sociais.

Por “novos” movimentos sociais compreendem-se os movimentos das mulheres, ecológicos, contra a fome e outros, sinalizando em princípio um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais, operários em torno do mundo do trabalho, o que não significa que em determinados momentos históricos possam assumir uma contraposição com o sistema econômica e social vigente. Entretanto, assevera GOHN (1995) que os novos movimentos sociais se contrapõem aos “velhos” e historicamente tradicionais movimentos sociais em suas práticas e objetivos.

Para GOHN (1995, p. 44), movimentos sociais

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do

³ Estamos a indicar neste ponto que os movimentos sociais podem constituir espaços de conformação de uma nova sociabilidade, no sentido de que são efetivamente potenciais de transformação da sociedade, na busca de uma sociabilidade outra para além da produção capitalista, orientada para a satisfação não só de interesses individuais, mas para a satisfação das necessidades coletivas e para a realização das potencialidade humanas. Segundo ILSE SCHERER-WARREN (1996, p.71), referindo-se aos movimentos sociais no campo, “*sem sociabilidade política não há MS nem projeto coletivo em torno do que lutar. A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas, conforme tem sido estimulado, sobretudo, pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das Igrejas progressistas e dos sindicatos “combativos”, contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política*”

princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Os “novos” movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista.

Segundo ILSE SCHERER-WARREN (1996, p.49/50) têm emergido “novos” movimentos sociais

que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Na óptica de TOURAINE (1977; 1989) movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Evidentemente, essa mobilização é realizada contra um opositor, que resiste. Na compreensão de GOHN (1997, p. 145), TOURAINE entende que os

movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (Touraine, 1978:35). Eles, movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa,

marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem. Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (...)

O caráter propriamente propositivo dos movimentos sociais fica mais claro nas análises de CASTELLS (1997), a quem se dedica grande influência nas produções sobre movimentos sociais brasileiros em décadas anteriores, para quem, segundo nos indica GOHN (1995, p. 42), constituem os movimentos sociais “*ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade*”.

Para TARROW (1994) os movimentos sociais surgem como expansão da atividade política a partir do século XIX, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais, ou seja, passeatas, atos de violência, protestos, etc.

Criticando a centralidade da categoria trabalho na atualidade, o que tem levado muitos marxistas a voltar-se à obra de MARX e outros autores marxista como LUKÁCS a fim de responder as ponderações e críticas à crise da “sociedade do trabalho”, OFFE irá elaborar as bases para os denominados “novos movimentos sociais”. Para ele (OFFE, 1992, p.181) as bases sociais desses novos movimentos seriam

1. A nova classe média, especialmente aqueles elementos que trabalham em profissões de serviços humanos e/ou no setor público;
2. Elementos da velha classe média, e
3. Uma categoria da população formada por gente a margem do mercado de trabalho ou em uma posição periférica respectivo a ele.

É nessa última direção, ou seja, de reafirmar as potencialidades conflitivas dos “novos” movimentos sociais com as relações de produção capitalistas, que de fato não conseguem realizar e satisfazer os anseios por uma vida plena de sentido, que aponta o pensamento de ANTUNES (1997, p. 86) ao afirmar que

(...) outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido.

Note-se que uma visão de movimento social distanciada de uma concepção classista e de um projeto global de sociedade, voltada para a subjetividade, em si, poderia expressar uma preocupação com a condição do indivíduo. Entretanto, essa visão de particularizar e individualizar os movimentos, sem levar em consideração que a própria subjetividade e individualidade apresentam-se contextualizadas numa teia de relações sociais, em que a grande maioria dos indivíduos encontra-se explorados pela lógica do capital, e que qualquer movimento, que não tenha claros objetivos para além da ruptura com a exploração, podem ser absorvidos pela institucionalidade e, mesmo, assimilados como mantenedores em última instância de uma ilusória participação social na estrutura do poder.⁴

Sabemos que o fim último da ação humana é alcançar a felicidade, só que este objetivo, imanente ao ser humano, difere quanto a sua natureza, finalidade. Entretanto é mister a participação do ser humano em processos coletivos para que ele possa vivenciar experiências que promovam a consciência auto-emancipadora e desperte-o para a busca da *omnilateralidade*.⁵ Neste sentido, os movimentos sociais agem inicialmente como mediadores no processo de busca de respostas às interrogações suscitadas no cotidiano, projetando-se para uma perspectiva maior do que os problemas da cotidianidade.

Como afirma ANTUNES (1997, p. 117),

Decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são afloradas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas.

⁴ Neste sentido, podemos observar as permanentes tentativas de recolocar e condicionar os Movimentos dos Trabalhadores Rurais no Brasil aos desígnios do projeto de reforma agrária oficial, o que significaria imprimir ao movimento uma feição nitidamente propositiva, ou seja, de suas práticas e seus objetivos se manterem nos estritos limites das relações de produção capitalistas. Enquanto os métodos de financiamento e produção dos acampamentos rurais não se chocam com os interesses dos grandes proprietários e se condicionam às relações de mercado, nenhuma objeção encontra na institucionalidade e até são constantemente incentivados. Na medida em que entram em confronto aberto com direito de propriedade, o que se dá através das ocupações, ultrapassa-se os limites da aceitabilidade oficial, tendo o Estado que utiliza o aparelho de repressão policial para desmobilizar e desarticular os movimentos sociais.

⁵ Antunes refere-se ao desenvolvimento de universalidade do ser – generidade, como consciência auto-emancipadora, do seu ser para si mesmo, que se reconhece no outro e busca a *omnilateralidade*.

Devendo ocorrer um reconhecimento do ser no outro e, particularmente, no gênero humano, entretanto, as classes sociais, segundo ANTUNES (1997), particularizam e limitam o ser social, e a genericidade cai numa profunda abstração, pois o homem que pertence a determinada classe não se reconhece no outro, que pertence a outra classe. Na perspectiva do capital, os projetos individuais são conformados aos interesses de uma classe social econômica e socialmente dominante, fazendo-se crer que há liberdade para promover as potencialidades humanas.

Na visão de LUKÁCS, citado por ANTUNES (2001, p. 118), os indivíduos.

elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, como gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si.

Os “novos” movimentos sociais para possibilitarem aos indivíduos a sociabilidade coletiva e plena de sentido necessitam construir e desenvolver ações para além das formas atuais de sociabilidade capitalistas, questionando a ordem do capital, não se perdendo no campo de ações fenomênicas, imediatas e particularizadas. Essas ações são importantes na medida em que estiverem vinculadas a um projeto mais amplo de sociedade, que se constitua em alternativa ao capitalismo.

Se os movimentos se restringem às lutas cotidianas limitadas às reivindicações setoriais, desarticuladas com outras mobilizações, passam a se configurar como ações paliativas e insuficientes para possibilitar mudanças estruturais, fechando-se em si mesmos. Para tanto, ressalta ANTUNES (1997, p. 81), de forma acertada que

É imprescindível articular estas ações mais imediatas com um projeto global e alternativo com um projeto global e alternativo de organização societária, fundamentado numa lógica onde a produção de valores de troca não encontre nenhuma possibilidade de se constituir num elemento estruturante.

3. Conceituando os movimentos sociais: conflito de posições

Apesar de não haver uma definição única e universalizante de movimentos sociais (GOHN, 1997; 1982b), entende-se que representam o conjunto de ações coletivas

dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas fundantes da sociedade atual.

Reconhece-se que numerosos autores se propuseram estudar os movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, na sua composição social, em sua dinâmica interna, em seu metabolismo com o poder, enfim em sua capacidade de não só imprimir novas configurações às relações sociais, mas de se tornarem potencialidades transformadoras e reconstrutivas de uma sociabilidade diferenciada.

Dessa forma, pode-se encontrar orientações, a representar vários paradigmas, com os quais se procura apreender os movimentos sociais ou intervir em seu processo, destacando-se as leituras empreendidas por MARX (1982; 1979), GRAMSCI (1966a; 1966b; 1968; 1976), LUCKÁCS (1979a, 1979b), HOBBSAWM (1970a; 1970b; 1982), e mais recentemente os ideólogos dos denominados “*novos movimentos sociais*”, que na visão de GOHN (1995, p.44),

(...) foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Claus Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho.

A tipificação esboçada pelos expoentes dos “novos” movimentos sociais, particularmente quanto à classificação em velhos e novos, pode representar, em si mesma, um outro olhar em relação às formas históricas de organização e mobilização da classe que vive do trabalho, caracterizadas como algo a ser repensado e, em última análise, deslocadas do atual contexto histórico, objetivado-se que o paradigma e as formas de organização dos novos movimentos sociais sejam incorporados pelo movimento dos trabalhadores, colocando em segundo plano a exigência de uma nova sociabilidade, diversa do Capitalismo.

Neste sentido, torna-se fundamental analisar outros autores como MESZÁROS (1981; 1985; 1989), ANTUNES (1997; 2001) e LESSA (1996; 1997), cuja perspectiva supera a visão de movimento social e de organização da classe que vive do trabalho em uma direção corporativa e localizada, para projetar-se como realidade que vivencia os problemas concretos e específicos, mas que tem objetivos comuns com outros

movimentos, na medida em que apontam para a superação da sociabilidade do sistema destrutivo do capital. Na visão de ANTUNES (2001, p. 227) a classe trabalhadora

(...) no mundo contemporâneo é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo. O resgate do sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes. Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores “estáveis” e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e desempregados, enfim entre tantas fraturas que o capital impõe sobre classe trabalhadora (...)

Para MARX, os movimentos sociais, expressos na luta dos trabalhadores e demais oprimidos pela lógica do capital, entram freqüentemente em conflito com a sociabilidade dominante na medida em que superam os mecanismos que os restringem aos interesses imediatos e particularizados, dirigindo-se para a constituição de novas relações sociais e econômicas. As aquisições no marco do capitalismo, como a emergência de *leis reguladoras da exploração social*, são analisadas da seguinte forma por MARX (1979, p.307) em *O Capital*:

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. A história dessa luta revela duas tendências opostas. Compare-se, por exemplo, a legislação inglesa do século XIV até à metade do XVIII. Enquanto a legislação fabril moderna reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos procuram prolongá-la de forma coercitiva. Sem dúvida, as pretensões do capital no seu estado embrionário, quando começa a crescer e se assegura o direito de sugar uma quantidade suficiente de trabalho excedente não através da força das condições econômicas, mas, através da ajuda do poder do Estado se apresentam bastante modestas, caso comparadas com a jornada de trabalho resultante das concessões que, rosnando e resistindo, tem de fazer na idade adulta.

Mais adiante, em sua análise penetrante do capitalismo, n' *O Capital*, Marx (1979, p. 341) esclarece, de forma lapidar, que

A história da regulamentação da jornada de trabalho em alguns ramos da produção e a luta que ainda prossegue em outros para se obter essa regulamentação demonstra palpavelmente que o trabalhador isolado, o trabalhador como vendedor “livre” de sua força de trabalho sucumbe sem qualquer resistência a certo nível de desenvolvimento da produção capitalista. A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Começando essa luta no domínio da indústria moderna, travou-se primeiro na terra natal dessa indústria, a Inglaterra.

Daí se defender, na linha de uma visão marxista que os “novos” movimentos sociais podem adquirir um significado para além das relações sociais atuais na medida em que assumam um projeto social, político e econômico que aponte para a construção de uma sociabilidade plena de sentido e diferenciada das relações de produção e de dominação política do capital, criando assim as condições para o desenvolvimento real das potencialidades e da subjetividade humana.

4. Contexto histórico de afirmação dos movimentos sociais

A importância dessa pesquisa consiste também na compreensão do contexto histórico de afirmação, pelos autores, dos denominados “*novos*” *movimentos* sociais, como forma de organização e mobilização alternativa às formas históricas de aglutinação e luta do operariado e demais trabalhadores.

Conforme ANTUNES (2001, p. 15), a sociedade contemporânea vem presenciando

profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturalção produtiva da era da acumulação flexível são expressões, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre o homem e a natureza, conduzida pela lógica societal voltada

prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Os movimentos sociais, sejam *novos* ou *tradicionais*, encontram-se contextualizados em meio às essas transformações ocorridas na economia, a expansão dos mercados, marcados pela profunda crise estrutural da economia mundial e pelas mudanças nos modelos de organização da produção e do trabalho sob inspiração fordista para um padrão de flexibilização das relações de trabalho e produtivas baseadas no toyotismo.

Uma compreensão adequada dos movimentos sociais deve partir de uma análise totalizante das condições de reprodução do capital na atualidade, a partir das mudanças verificadas na sociedade, tanto de ordem econômica, como política, social e tecnológica. Para tanto, é imprescindível clarificar os elementos da Globalização ou, para outros, da mundialização do capital⁶.

Partindo dos Estados Unidos (EUA) para a linguagem econômica internacional, o termo “global” expandido-se para todos os rincões do mundo, sendo acolhido pelos pesquisadores sem qualquer margem de crítica, com raras exceções, principalmente do campo marxista. Desde o começo dos anos 80, as universidades americanas trabalham o termo dentro de uma economia de mercado, de administração de empresas, principalmente em nível dos grandes grupos internacionais.

As maiores escolas de Administração de Empresas de Harvard, Columbia, Stanford etc. popularizaram o termo. Em pouco tempo tomou conta dos discursos que tentam legitimar teoricamente a prática política neoliberal. Os escritores nas áreas da economia e da política financeira acolheram sem precauções nem limitações o termo global, apesar de impreciso (CHESNAIS, 1996, p.23).

⁶ Na visão de ANTUNES (2001, P. 27), “*expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no limite, incontrollável, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos de expansão alternados com crises, presença de um depressed continuum que, diferentemente de um desenvolvimento auto-sustentado, exibe as características de uma crise cumulativa endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com uma perspectiva de uma profunda crise estrutural. Por isso é crescente, no interior dos países capitalistas avançados, o desenvolvimento de mecanismos de “administração das crises”, como parte especial da ação do capital e do Estado visando deslocar e transferir as suas maiores contradições atuais.*”

Normalmente, a globalização é associada ao progresso técnico, por isso tende a ser encarada como necessária e benéfica para todos os povos civilizados. Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento deveriam por esse motivo adaptar-se sem restrições à dinâmica e aos propósitos da proposta global. A globalização é o produto mais acabado da economia de mercado do final do século. Já não existem dois mundos como na época da guerra fria, em que blocos de poder, o soviético e o americano se ameaçam.

E não foram poucos os fatos históricos que surpreenderam todo o mundo na década passada, e início dos anos 90. Entre eles destacamos: a queda do muro de Berlim em 1989, o fim da denominada Guerra Fria entre EUA e URSS, o desmoronamento da URSS e a formação de vários Estados Soberanos como Ucrânia, Rússia, Lituânia, Letônia, etc. e por último o avanço descomunal do progresso tecnológico. Como expressão das forças econômicas, a adaptação dos países deve ser levada a efeito mediante a liberalização e desregulamentação, que as empresas tenham liberdade de ação e movimento e que todos os setores da via humana.

Assim, apesar da enorme taxa de desemprego que se abate sobre os países, principalmente os de economia atrasada, e mesmo diante da crise social e financeira pelas quais passam a maioria das nações os organismos internacionais reconhecem esses fenômenos como contingências pelas quais devem passar os Estados para gozar os benefícios da globalização, conforme a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CHESNAIS, 1996, p. 25). Ocorre um aprofundamento ou ampliação do processo de internacionalização do capital. Escreve SANTOS (1996, p. 163):

(...) a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização que alcança um novo patamar. Agora se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização.

IANNI (1995) chega a dizer que são diversas e antigas as instituições e indicações mais ou menos notáveis de globalizações, e que a atual etapa significa um grau maior de internacionalização da economia. A internacionalização da produção, a revolução

tecnológica nas comunicações, o avanço da informática no processo produtivo, a reestruturação da relação capital e trabalho têm influenciado a questão educacional: tudo isso mexeu com os valores, as crenças, a lógica, o pensamento e as práticas.

O primeiro elemento realçado pela autores seria a tendência à formação de blocos internacionais de poder, a fim de regulamentarem as relações econômicas entre os mesmos e aprofundar a circulação de bens, capitais e serviços. As condições para isso deveriam ser criadas pelos Estados no campo institucional, de modo a proporcionar padrões para as novas relações econômicas. Com essas mudanças as condições de vida e de consumo da população em geral melhorariam.

Entretanto, os dados revelam as profundas contradições sociais e o incremento sem precedente das desigualdades. A linguagem dos autores, em geral, parecer realçar apenas a questão do mercado, como se esta categoria fosse a fundamental. Os blocos econômicos são associações de países, muitas vezes, fazendo parte de uma mesma região geográfica, como Europa, Ásia, América, etc. Esses países que formam grandes blocos estabelecem através de tratados internacionais relações comerciais privilegiadas entre si, e atuam em “conjunto” no mercado. Planejam formar zonas de livre comércio pela diminuição gradual das barreiras alfandegárias, estreitando as relações econômicas entre os países, aumentando a interdependência.

Outra marca da Globalização seria a denominada “*Revolução Tecnocientífica*”, cuja tônica embeleza os autores, é rápida transformação técnica principalmente na área da informática e da microeletrônica, comunicação e transportes. Essas inovações serviram para incrementar o comércio e a circulação de capitais em nível mundial. Essas inovações têm desencadeado mudanças nos padrões de organização do trabalho e da produção de mercadorias e serviços.

O anterior método fordista de organização fabril e industrial, que se caracterizava pela produção em massa de bens, aumento do rendimento dos trabalhadores para promover o incremento do consumo no mercado, rigidez na localização das fábricas e nos métodos de produção de mercadorias, foi aos poucos perdendo espaço para o modelo japonês toyotista que se caracteriza pela flexibilização dos padrões de produção de bens e serviços, pelo aumento da produtividade mediante baixos custos e diminuição de salários, deslocamento de ramos inteiros da produção de países para outros, de acordo com as condições oferecidas pelos países onde irão se instalar, liberdade de contratação em todos os países, além de produzir uma desarticulação e complexização da classe trabalhadora.

Nem por isso, alerta ANTUNES (2001, p. 216), e apesar da heterogeneização, complexização e fragmentação da classe trabalhadora

As possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Essa rebeldia e contestação não excluem nem suprime outras, igualmente importantes. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os “trabalhadores terceirizados”, os trabalhadores do mercado informal, os “trabalhadores domésticos”, os desempregados, os sub-empregados etc., pode somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando como classe, constituir no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista. Do mesmo modo, a luta ecológica, o movimento feminista e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento ecologista) e ao caráter fetichizado, estranhado e des-realizador do gênero humano gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista).

Neste ínterim, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação toma conta da vida de milhões de pessoas, modelando suas condutas e modo de pensar, relacionado a experiência particular aos acontecimentos internacionais. No campo educacional, as políticas têm variado no período de avanço das tecnologias. Mas desde a década de 70 iniciou-se um processo de introdução da tecnologia educacional na profissionalização e formação. Em nossa época, entretanto, emergem novos debates em torno da formação/tecnologia, a partir da crítica das concepções reinantes sobre o tema, superando a visão simplista anterior. O que se pretende agora é a formação de educadores críticos, engajados no movimento pela escola pública de qualidade, enfim pessoas que reflitam sobre a realidade social e sua própria prática, determinada por uma sobrecarga de trabalho e por um aviltante salário.

Ainda, na teoria política e na História têm surgido concepções e idéias que expressam bem a que ponto chegou a justificação filosófica e política da Globalização e de seu segmento político propriamente dito: o neoliberalismo. Proclamou-se o fim da

história, e o começo de uma nova era (FUKUYAMA, 1992; ANDERSON, 1992). A hegemonia de um único sistema: o americano. O fim das ideologias: o envelhecimento do marxismo. Coisas que só poderiam vir de especuladores.

No campo social, o Estado de bem-estar social estaria em declínio, em razão de sua crise histórica, e necessidade de um Estado Mínimo, no sentido de que o Estado deveria se ausentar do mercado e deixar que as atividades econômicas fossem desenvolvidas pelos agentes da economia: capital e trabalho. Foi nesse ambiente de profundas contradições do sistema capitalista, que destrói forças produtivas e mantém a maioria da sociedade em estado de exploração e alienação, que se proliferam teorias sobre os movimentos sociais, e muitas delas se baseiam em pressupostos equivocados, que necessitam serem repensados e discutidos permanentemente.

4. O engajamento político do docente nos movimentos sociais

Neste contexto, observa-se, então, que o direcionamento dado à política educacional tem imprimido uma clara intenção de subordinar o sistema educacional aos imperativos do modelo econômico. Tal procedimento tem expressado o descaso com os problemas educacionais e as soluções apresentadas não têm resolvido os mesmos. Isto tem trazido reflexos na política de formação docente, bem como na valorização do profissional da educação que se proletarizou (ENGUITA, 1991, p. 41/61).⁷

E o ideário da “pós-modernidade” tem chegado com rapidez aos educadores, impondo condições em relação à formação e qualificação, para a aceitabilidade de uma forma histórica de sociabilidade, o que requer desses atores sociais um esforço redobrado no sentido de resistir às pressões políticas para a reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

O crescimento dos problemas tem atingido a categoria, no entanto, não tem servido como elemento propulsor de aproximação dos docentes engajados nos movimentos sociais. Sendo, portanto, necessário revitalizar as práticas sociais desses

⁷ Conforme o entendimento de RIBEIRO (1995, p. 31), os docentes são uma categoria “dominada que, através de sua prática no interior da sociedade civil, apesar e na repressão da sociedade política, vai exercendo uma direção pela criação de novos organismos de representação e expressão e pela conquista e transformação de antigos organismos que passam, em conjunto, a viabilizar a criação e a difusão de uma concepção de mundo segundo os seus interesses, bem como a efetivação dessa concepção num novo tipo de sociedade. Prática esta que não só prepara a conquista da sociedade política como também a permanência de seus representantes nesse nível”.

movimentos para sustentarem as manifestações de contestação e de conflito com as formas de dominação política e econômica reinantes.

A própria história vem demonstrando que o professor tem um papel político a desempenhar, pois tendo consciência crítica da escola e de suas atribuições, estabelece relações entre a escola e a sociedade, posicionando-se como sujeito crítico e esclarecedor, pois é membro da sociedade civil. Assim, a realidade se transforma porque o processo de interações inovadoras requer novas condições sociais, nova distribuição de poder e novos espaços para ir situando novos aspectos de uma cultura, que emerge no ambiente escolar.

E, todo esse processo de mudança conduz a discussões e conflitos polêmicos dentro de uma realidade plural, cujo desenlace, ainda que imprevisível, será obviamente a modificação da sociedade. É no engajamento aos movimentos sociais que os professores, na luta pela escola pública, reconstroem a sua prática pedagógica na busca do desenvolvimento integral, como sua individualidade.

Significa dizer que realçamos principalmente a importância do engajamento político do educador nos movimentos sociais, com implicações em sua prática pedagógica, como componente fundamental de elevação da consciência crítico-reflexiva do docente.

Neste sentido, procura-se compreender as implicações do engajamento do educador em sua prática docente, a partir da interação que esse sujeito mantém com os movimentos sociais, irrompendo os limites da sala de aula e projeta-se para o campo da política social e educacional, de concepção de sociedade dentro das potencialidades ontológicas do trabalho, com o objetivo de aproximar as lutas dos docentes às demais camadas exploradas para a constituição de movimentos sociais que tenham um projeto de sociedade que se confronte com as formas de dominações econômicas, políticas e sociais atuais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDERSON, Perry. O fim da história (De Hegel a Fukuyama). Trad. De Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

..... Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

CASTELLS, Manuel. Movimientos sociales urbanos. Madri: Siglo XXI, 1974.

..... Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

..... The Power of Identity. Oxford: Blackwell, 1997.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996

ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. Teoria e educação, 4, 1991, pp. 41-61.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Trad. De Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

..... Reivindicações populares urbanas. São Paulo: Cortez, 1982.

..... Movimentos sociais e lutas pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

..... Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 19982.

..... Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995a.

..... Classes sociais e movimentos sociais. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 02, s/d, p. 36/54.

GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. Seleção e Tradução de 233 caras das edições italianas de 1947 e 1955 por Noênio Spinola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

..... Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

..... Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

..... Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HOBBSAWM, Eric. Rebeldes primitivos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970a.

..... Bandidos. Rio de Janeiro: Forense, 1970b.

..... Revolucionário. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IANNI, Otavi. Teoria da Globalização. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

----- A era da globalização. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

LESSA, Sérgio. Trabalho e ser social. Maceió: EDUFAL, 1997.

..... A ontologia de lukács. Maceió: EDUFAL, 1996.

LUKÁCS, György. Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

..... Ontologia do Ser Social. A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

MARX, Karl. “Progresso técnico y desarrollo capitalista. Manuscritos 1861-1868”. México: Cuadernos de Pasado y presente, 1982.

----- O Capital. Crítica da economia política. São Paulo: Difel, Livro 1, vol. 1, 1979.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. Revista Lua Nova, nº 17, São Paulo, CEDEC, 1989.

MESZÁRIOS, István. Poder Político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. Ensaio nº 14, São Paulo: Ensaio, 198.

..... Produção destrutiva e Estado Capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

..... A teoria da alienação em Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1992.

..... Partidos políticos e nuevos movimientos sociales. Madri: Sistema, 1988.

RIBEIRO, L. T. F. Currículo: formação do educador e trabalho docente. Texto mimeografado, Fortaleza, UFC, 1995.

RIBEIRO, M. L. S. A formação política do professor de 1º e 2º graus. 4ª ed. Campinas-SP: Autores associados, 1995.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, tempo (Globalização e meio técnico-científico informacional). São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

TARROW, S. Power in movement. Cambridge; Un. Press, 1994.

TOURAINÉ, Alan. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J. A. G. (org.). Classes médias e política o Brasil. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

..... Palavra e Sangue. Campinas: Unicamp, 1989.